

Sumário

1. Introdução	1
2. Premissas Metodológicas: as Relações de Pertencimento na Formação da Cultura Jurídica Ocidental	9
2.1. As origens romanísticas das relações de pertencimento na antiguidade clássica.....	9
2.1.1. A <i>res</i> e o <i>fundus</i> romano como instrumentos para as trocas comerciais: primeiras idealizações do conceito de <i>dominium</i>	9
2.1.2. O pertencimento no mundo romano como desvinculado dos dogmas modernos: a origem comunitária do <i>dominium</i>	15
2.2. A ordem jurídica medieval como precursora das estruturas multifacetadas e comunitárias: uma retrospectiva necessária	23
2.2.1. A desfragmentação e o pertencimento compartilhado: o medievo como uma estrutura ancorado no multiculturalismo	23
2.2.2. A influência de diferentes cosmovisões na formação da cultura jurídica ocidental: um direito extraído dos fatos.....	28
2.3. O comunitarismo reinante no medievo: a origem do transindividual como dissociado da racionalidade moderna	36
2.3.1. A comunidade como base referencial do medievo: os antecedentes do individualismo.....	36
2.3.2. As escolas dos glosadores, comentadores e humanistas e o direito extraído de fatos e costumes interligados à realidade comunitária	41

2.4. A escolástica tardia e a formação do racionalismo proprietário como elemento constitutivo do sujeito moderno	49
2.4.1. O nominalismo de Guilherme de Ockham e a gênese da nova racionalidade	49
2.4.2. O mecanicismo de Issac Newton e a abstratização do conceito de <i>dominium</i>	54
2.4.3. A consumação da racionalidade proprietária e as bases culturais do racionalismo jurídico moderno	62
3. A Gênese do Livre Mercado e a Criação Artificial de um Sistema Autoregulável que Omite suas Falhas: os Fundamentos da Racionalidade Proprietária Moderna.....	75
3.1. O novo pensamento econômico fulcrado na naturalização da competitividade	75
3.2. O constitucionalismo moderno e as exterioridades dessa nova forma de instrumentalização dos mercados.....	81
3.2.1. A dominação cultural dos povos colonizados e o abandono definitivo das concepções comunitaristas do antigo regime.....	90
3.2.2. O comunitário como reencontro dos deveres de compartilhamento: resgate da ideia do “comum”	97
3.3. As falhas do livre mercado e a omissão das estruturas do “comum”: uma racionalidade que não visualiza nada além de seus próprios dogmas	107
3.3.1. A superveniência dos direitos transindividuais e a sua correlação com as falhas de uma economia livremente desenvolvida.....	107
3.3.2. As externalidades da atividade produtiva e a socialização de custos não internalizados: elementos justificadores dos direitos difusos	118

3.4. A implementação dos direitos transindividuais mediante uma técnica legislativa recheada de conceitos vagos	128
---	-----

4. O Resgate do “Comum” e do Comunitário na Ciência Jurídica: Pressupostos para Superação do Racionalismo Jurídico Moderno ... 139

4.1. A nova perspectiva relacional para entender o comum: a importância do “outro”	139
4.1.1. A desfragmentação do mecanicismo científico e o desvendar das localidades periféricas como referibilidade para a ciência do direito.....	139
4.2. A verdadeira problemática relacionada à administração de recursos compartilhados: as origens do conceito do “comum”... 146	
4.2.1. A teoria dos bens comuns e sua difícil interrelação com a ciência do direito.....	146
4.2.2. As origens econômicas da teoria dos bens comuns: um raciocínio estritamente formal.....	154
4.2.3. Os bens comuns como construtos comunitários capazes de incentivar comportamentos cooperativos e auto regular seus efeitos externos	162
4.3. Impasses à absorção do “comum” pelas relações de mercado: A verdadeira problemática relacionada à administração de recursos compartilhados	166
4.3.1. A imbricação entre as relações jurídicas e a economia: o conceito do “comum” como impasse à autorregulação informal de comportamentos.....	166
4.3.2. O “comum” como uma intangibilidade que se destaca de seu suporte material. Distinções para com os direitos transindividuais.....	173
4.4. Os direitos ligados ao “comum” e as questões transindividuais: uma pré compreensão acerca dos institutos do direito	180

- 4.4.1 As estruturas do “comum” como constructos ligados à realidade existencial: as organizações comunitárias como fornecedoras de utilidades comuns180
- 4.4.2 A colonialidade do poder e as reivindicações do pensamento decolonial pelos latinos americanos: um novo parâmetro com a filosofia do “bem viver”188

5. As Novas Fronteiras para as Relações de Pertencimento na Era do Acesso: Necessidade de Harmonização de Diferentes Estatutos Proprietários para se Entender o “Comum”197

- 5.1. A relação jurídica adstrita aos bens jurídicos transindividuais: o direito de acesso e sua implementação em realidades comunitárias.....197
 - 5.1.1. A instrumentalização dos direitos transindividuais e o direito de acesso às utilidades essenciais à vida: Uma possível interpretação evolutiva.....197
 - 5.1.2. O excesso de mercantilização da vida e da natureza, e a absorção do “comum” e do transindividual pela racionalidade proprietária 203
 - 5.1.3. A fissura da racionalidade moderna e os novos arranjos do pertencimento ligados ao direito de acesso à utilidades essenciais.....213
- 5.2. Aspectos para a relativização da racionalidade proprietária moderna: uma relacionalidade possível..... 222
 - 5.2.1. A relação jurídica e a regulação de comportamentos multitudinários: um contexto relacional 222
 - 5.2.2. As relações de pertencimento e a perspectiva relacional: a atribuição de regime jurídico ligada às utilidades extraídas da *res*.....228

5.2.3. Um novo conceito de domínio para as relações de direitos difusos, atrelado à utilidade, e que não afeta o regime atribuído ao suporte material da res.....	232
5.3. Os regimes jurídicos das utilidades destacáveis da titularidade no novíssimo cenário massificado da economia do compartilhamento	238
5.3.1. As novas perspectivas para as relações de pertencimento. Em busca de uma síntese representativa.....	238
5.3.2. A desmaterialização da riqueza e a qualificação das intangibilidades: uma evolução para a teoria dos bens jurídicos.....	245
6. As Utilidades Comuns como Paradigma das Novas Perspectivas Multitudinárias nas Relações de Pertencimento.....	255
6.1. A propriedade com múltiplos estatutos: Diversas utilidades a envolver a teoria dos bens jurídicos	255
6.1.1. Os bens públicos e a desvinculação da utilidade de seu suporte material: um raciocínio para além das titularidades...255	
6.1.2. Os múltiplos estatutos proprietários ligados ao acesso compartilhado: um novo conceito para o bem jurídico	263
6.1.3. A reformulação do conceito de bem jurídico pautado nas múltiplas utilidades extraídas da <i>res</i>	271
6.2. A revisão da categoria proprietária e a instrumentação das relações de pertencimento embasadas no compartilhamento: O regime jurídico das utilidades.....	281
6.2.1. As criações intelectuais como forma de satisfação de necessidades coletivas: o “comum” como intangibilidade	281
6.2.2. As utilidades comuns como bens incorpóreos: um raciocínio que não abarca a exclusividade.....	288

6.2.3. Uma outra percepção para o conceito de bem jurídico: Um novo estatuto proprietário ligado às múltiplas utilidades extraídas da <i>res</i>	296
6.3. Os desdobramentos do direito de propriedade e as novas formas de compreensão das utilidades comuns	307
6.3.1. A revisão da categoria proprietária fulcrada no contexto dos direitos transindividuais: uma nova perspectiva multitudinária para o domínio	307
6.3.2. A satisfação de necessidades coletivas por intermédio da atividade econômica: as inovações disruptivas e as limitações ao oficialismo estatal.....	314
6.3.3. Uma nova amplitude ao conceito de bem jurídico: diversos estatutos proprietários a se desprender dos dogmas modernos.....	321
7. Conclusão.....	331
8. Referências.....	341